

PROJETO BÁSICO

Processo nº: 5.611/2020

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

SETOR REQUISITANTE: Gerência de Obras Elétricas

1. DO OBJETO

Contratação de empresa de engenharia para Gerenciamento, Fiscalização, Elaboração de Projetos Elétricos e Serviços de Eficiência Energética do Parque de Iluminação Pública, neste Município de Aracruz/ES.

A contratação se dará por Tomada de Preços, do tipo técnica e preço, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, conforme Art. 46, da Lei 8.666/93.

2. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO, FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A modalidade a ser empregada será Tomada de Preços;

Tipo de licitação técnica e preço, nos termos do art. 45, inciso III;

Forma de execução indireta, nos termos do art. 6º, inciso VIII;

Regime de execução de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea "b";

Critério de julgamento de técnica e preço.

3. JUSTIFICATIVA

A referida contratação tem por objetivo realizar o suporte a Prefeitura Municipal de Aracruz e seus diversos departamentos, atuando no sentido de possibilitar atendimentos aos interesses estratégicos do governo e às necessidades das demandas para desenvolvimento do Município, para a realização de atividades através da prestação de serviços técnicos especializados de caráter da Engenharia Elétrica, voltados a Eletrificação e Iluminação Pública, sob coordenação

da SEMOB – Secretaria Municipal de Obras – GOE -Gerência de Obras Elétricas, assegurando o assessoramento e subsídio à fiscalização das obras de Extensão de Rede de Iluminação Pública, Manutenção do Parque de Iluminação Pública e sua Modernização, uma vez que não dispomos de recursos humanos no Quadro de Pessoal para realização dessa atividade.

Cabe ressaltar que o quadro da SEMOB dispõe de 01 (um) engenheiro, que a priori poderia desempenhar tal atribuição. No entanto, o ocupante desse cargo possui formação em Engenharia Civil, que não possui atribuições técnicas específicas para essa demanda e a impossibilidade de abarcar todas contratações vigentes e as futuras, de serviços de engenharia a cargo da SEMOB, com fulcro legal no item IV, do Art.13 da Lei Federal nº 8666/93.

Destacamos também que os serviços em questão não cabem no escopo de contratos celebrados por essa municipalidade, pois não possuem similaridade em suas atribuições/atividades.

É imprescindível, destacar que os serviços de engenharia elétrica a serem contratados, exigem conhecimento técnico e capacidade científica, características que muito se diferem dos serviços usuais de mercado.

Por fim, resta claro que para contratação em questão, não existe espaço para entender que os serviços que preservam a importância e a complexidade do trabalho intelectual, são serviços comuns.

Na mesma linha de raciocínio, em definição de singular objetividade e clareza, Marçal Justen Filho expõe:

A especialização significa a capacitação para exercício de uma atividade com habilidades que não estão disponíveis para qualquer profissional. **A especialização indica uma capacitação maior que a usual e comum e produzida pelo domínio de uma área restrita, com habilidades que ultrapassam o conhecimento da média dos profissionais necessários ao desenvolvimento da atividade em questão.** O especialista é aquele prestador de serviço técnico profissional que dispõe de uma capacitação diferenciada, permitindo-lhe solucionar problemas e dificuldades complexas.

Gerenciar, Fiscalizar, Elaborar Projetos Elétricos, Serviços de Eficiência Energética e Elaborar Projetos de Extensão e/ou Reformulação de Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública com a finalidade de encontrar eficiência energética na utilização de iluminação pública, economia na execução dos serviços técnicos de implantação de redes elétricas e na manutenção dos ativos da rede de iluminação pública, contratando profissionais

especialistas na área de Extensão de Redes Elétricas e Iluminação Pública.

O presente projeto básico propõe o assessoramento à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura no desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia elétrica e eficiência energética para iluminação pública, para pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e em prol do bem estar geral, com objetivo de oferecer cada vez mais serviços de qualidade para a população deste Município.

Considerando a progressão da implantação de luminárias em tecnologia LED bem como a readequação da iluminação pública das ruas e avenidas do município.

Considerando o desenvolvimento urbano e a grande demanda gerada com a entrega e lançamentos de grandes empreendimentos imobiliários, se faz necessário o apoio técnico para a análise dos projetos de implantação de iluminação pública e extensões de rede elétrica, vistoria do sistema de iluminação pública dos empreendimentos, durante a fase de entrega e todo período de garantia da obra, para verificação de conformidade e qualidade requeridas nas especificações do documento de autorização de implantação e projeto aprovado por esta municipalidade.

Considerando os serviços de implantação, manutenção e melhoramento de Iluminação Pública em andamento, em licitação e a serem licitados, se faz necessário o acompanhamento e fiscalização "in loco" visando garantir a qualidade dos materiais e serviços especificados nos editais e seus anexos, bem como cumprimento do cronograma. Neste serviço de fiscalização contempla a entrega de relatórios técnicos de evolução, vistorias, diagnósticos, desempenho dos serviços prestados, análise de falhas e da qualidade de energia (fornecida pela concessionária distribuidora de energia elétrica ao parque de iluminação pública).

Assim, esta consultoria é indispensável para que as extensões de redes elétricas ocorram de forma ordenada e que atendam demandas a curto, médio e longo prazo, acompanhando a evolução tecnológica de iluminação pública com novos conceitos e aplicação de equipamentos mais eficientes e sustentáveis, sempre com o intuito de melhorar os critérios de acessibilidade, segurança pública, proporcionando aos moradores de Aracruz uma melhor qualidade de vida.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Contratada se obrigará a executar o objeto contratado, empregando mão de obra qualificada e obedecendo rigorosamente as Normas e Especificações Técnicas NBR 6814, NBR 5419, NBR 5032, NBR 5101, NBR 5410, NBR 5434, NBR 8452, NBR 8453, NBR 13570, NBR 7195, NBR

14744, NBR 14039, ABNT e da Concessionária EDP Escelsa, DER/ES, DNIT e Eco 101.

Os quantitativos detalhados, identificando os tipos de serviços a serem executados como gerenciamento, fiscalização, projetos e levantamentos topográficos, bem como seus custos unitários, e demais especificações técnicas, encontram-se na Planilha Orçamentária.

5. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente contratação se refere a atividades profissionais referentes aos serviços de elaboração de projetos elétricos, realização de estudos e demais serviços de assessoria técnica, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras e serviços referentes à Iluminação Pública e extensão de redes elétricas, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e da Concessionária EDP Escelsa, DER/ES, DNIT e Eco 101.

- Normas de Construção de Redes da EDP Escelsa;
- Normas da ABNT – NBR 6814, NBR 5419, NBR 5032, NBR 5101, NBR 5410, NBR 5434, NBR 8452, NBR 8453, NBR 13570, NBR 7195, NBR 14744 e NBR 14039;
- Conter todos os elementos indispensáveis e perfeitamente definidos, acompanhados de memória de cálculo e descrição, de forma a torná-los auto-explicativos, permitindo a realização das obras, aquisição de materiais, equipamentos e respectivas montagens;
- Adotar solução construtiva prática, elegendo sempre que possível sistema de modulação e padronização compatíveis com as características do município;
- Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas de iluminação pública;
- Adotar soluções técnicas economicamente viáveis;
- Nos projetos deverão estar inclusos todas as orientações para a perfeita execução dos serviços tais como: trechos de Média Tensão e Baixa Tensão, detalhes das caixas de passagem, da fundação para fixação dos postes; das tubulações subterrâneas, das subidas laterais, aterramentos e outros quando necessários.

Os serviços serão realizados mediante emissão de Ordem de Serviço, onde serão definidos os prazos de entrega das solicitações.

Os serviços serão solicitados conforme necessidade desta Secretaria, ficando essa a disposição para quaisquer dúvidas e/ou esclarecimentos necessários, inclusive acompanhamento a

vistorias “in loco”.

Poderá a SEMOB, a seu critério, exigir que seja refeito e/ou substituído qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com Normas e Especificações Técnicas.

Para a fiel execução dos serviços ora licitados, além das especificações da planilha orçamentária, deverão também ser atendidas as recomendações técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais normatizações afins aos serviços a serem realizados.

Os projetos, as especificações e os memoriais, deverão ser executados com o máximo cuidado pela CONTRATADA, e em todos os casos omissos ou suscetíveis à dúvida, deverá a CONTRATADA recorrer à FISCALIZAÇÃO para melhores esclarecimentos ou orientação, sendo as decisões finais comunicadas sempre por escrito.

As eventuais modificações de serviços já entregues deverão ser comunicados com antecedência, para não prejudicar o andamento de qualquer etapa de realização de trabalhos.

Todos os serviços contratados só serão recebidos, após devidamente atestados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

5.1 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

As principais atividades a serem desenvolvidas neste objeto são:

- **Elaboração de Projetos:** Serão executados projetos para extensão de rede elétrica e iluminação pública, projetos luminotécnicos, projetos de melhoria e efficientização do parque de iluminação pública, entre outros.

Projetos executivos deverão conter orçamento, composições de custo, cotações de mercado, memória de cálculo, cronograma físico-financeiro, planos de manutenção (se houver), arquivo digital, dentre outros documentos necessários as contratações.

- **Assessoria técnica:** Prestação de assessoria na identificação de eventoscriticos, reais ou potenciais, capazes de acarretar impacto financeiro ou variação cronológica, que interfiram na execução dos projetos, serviços de manutenção, melhoria e obras, recomendando a SEMOB providências pertinentes a sua prevenção ou correção. A assessoria deverá analisar a viabilidade técnica e financeira dos serviços propostos pela municipalidade, emitir laudos e/ou pareceres, reali-

zar vistorias, prestar assessorias, realizar estudos de impacto, realizar estudos de viabilidade técnica e econômica, dentre demais serviços solicitados pelo contratante.

• **Gerenciamento:** Planejamento, coordenação, controle e acompanhamento das diversas etapas das atividades necessárias à implantação de um empreendimento. Analisar o cumprimento do cronograma físico financeiro das diversas fases da obra e serviço, coordenando equipe técnica de profissionais habilitados, com formações e práticas diversas. Construir ferramenta de gestão que auxilie o acompanhamento da execução das obras e serviços, como também no acompanhamento contratual, tendo como ferramenta, planilha que permita ser alimentada diariamente e que possibilite que o contratante tenha informações em tempo real. Esta planilha deverá conter no mínimo: descrição do objeto; localidade; tipo de intervenção; número da O.S; data do recebimento; data de conclusão; nível de prioridade; observações, etc.

• **Supervisão:** Supervisão e coordenação geral das atividades desenvolvidas em processos de desapropriações, de licenciamento/autorizações especiais (rodovias, ferrovias e cursos d'água), de licenciamentos e monitoramentos ambientais, em função das necessidades das obras e serviços solicitados pela PMA, bem como, recomendação e indicação à secretaria gestora, quanto a necessidade de agilização e priorização dos processos de liberação das áreas em função dos cronogramas de execução. A supervisão se qualifica como uma postura preventiva, buscando alertar com antecedência para possíveis falhas, evitando ou minimizando as não-conformidades, e caso isto não seja possível, ensejando a rápida implementação de medidas corretivas.

• **Fiscalização:** Atividade a ser realizada de modo sistemático, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos. Consiste no acompanhamento "in loco" das obras e serviços contratados, elaborando planilha de medição, memória de cálculo, registro fotográfico e demais documentos necessários, dos serviços efetivamente realizados no período.

5.2 DAS ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA

A equipe desenvolverá os serviços de assessoria técnica, gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras e serviços de Iluminação Pública, contratados pela municipalidade e ainda, elaborará laudos de vistoria e pareceres técnicos de demais situações que possam surgir no decorrer da execução deste Contrato.

Será ainda atribuição da equipe técnica:

1. Acompanhar diariamente '*in loco*' a execução de obras e serviços de engenharia

contratados pela PMA, garantindo a qualidade dos materiais empregados, o cumprimento dos projetos, das orientações técnicas, o cronograma físico financeiro, o fluxo dos trabalhos contratados, bem como o correto preenchimento do diário de obra/livro de ocorrências, devendo o Contratante ser acionado em caso de constatações de ocorrências nas obras e/ou serviços gerenciados;

2. Elaborar mensalmente medição de serviços, contendo: planilha de medição, memória de cálculo, relatório fotográfico, relatório de acompanhamento/evolução da obra com histórico do andamento dos serviços, indicando atrasos, ocorrências e outras informações que possam ser solicitadas pela contratante (entregues via digital e impressa), apresentação de cópia do diário de obra, relatório de ensaios tecnológicos (quando necessário);
3. Em caso de necessidade de realização de adequações de projetos, deve-se elaborar relatório técnico de aditivo, indicando as alterações a serem realizadas, contendo: justificativa, projetos revisados, planilha de acréscimos e decréscimos, memória de cálculo, relatório fotográfico, novo cronograma físico financeiro e demais informações que sustentem o pleito de aditivo (via digital e impressa);

Os acréscimos e decréscimos devem ser computados separadamente, não ultrapassando o limite previsto em Lei, não sendo aceito compensação de valores, em cumprimento a Lei 8.666/93.

O aditivo deve ainda respeitar o escopo originalmente contratado, cabendo a aprovação do pleito exclusivamente a contratante;

4. Acompanhar a SEMOB/PMA em vistorias técnicas, sempre que solicitado pelo contratante;
5. A gerenciadora estará diretamente subordinada à fiscalização da SEMOB.
6. Quando de competência da administração pública, poderá ser utilizada a assessoria técnica para emissão de laudos, pareceres, vistorias com avaliação estrutural e/ou específica e com emissão de ART, para verificação de possível ocorrência de sinistro em obras de terceiros.

6. VALOR ESTIMADO DA REFERIDA CONTRATAÇÃO

O valor máximo estimado da referida contratação é de **R\$1.411.357,02** (um milhão, quatrocentos e onze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e dois centavos).

7. REAJUSTES

Os preços propostos pela contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 01 (um) ano da data da proposta, de acordo com os preceitos da Lei 8.880/1994, através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), desde que comprovado o seu desequilíbrio econômico-financeiro, com base nos preços referenciais.

$$R = V \times (I - I_0)$$

I_0

Onde:

R = Valor do Reajustamento Procurado;

V = Valor da Obra ou Serviços Medidos a serem Reajustados;

I_0 = Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), relativo ao mês anterior a data de apresentação da proposta;

I = Idem ao I_0 , porém relativo ao mês em que completar periodicidade anual em relação ao mês anterior à data de apresentação da proposta.

Os reajustamentos de preços propostos estarão ainda sujeitos, a Leis Complementares, Medidas Provisórias e Decretos que venham regulamentar novos procedimentos em função das medidas econômicas de interesse do País.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária vigente, conforme:

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Unidade: 1 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Atividade: 15.452.0026.2.0077 - Manutenção do Sistema de Rede Elétrica e Iluminação

Código Reduzido: 840

Elemento: 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV TERC. PES. JURIDICA

Vínculo: 1.620.0000.0000 – COSIP e 2.620.0000.0000 – COSIP

9. PRAZOS

O prazo de vigência do contrato fica fixado em 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

O prazo de execução dos serviços fica fixado em 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão contratante, ficando autorizada sua prorrogação, conforme Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas respectivas alterações.

O prazo para assinatura do contrato é de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.

O prazo máximo para início dos serviços fica fixado em 08 (oito) dias úteis contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, expedida pelo CONTRATANTE, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

A fiscalização fornecerá, junto com a Ordem de Serviço, todos os elementos indispensáveis ao início da prestação dos serviços.

A CONTRATADA, julgando insuficientes os elementos fornecidos, deverá solicitar por escrito, explicações e novos dados, dentro do prazo de até 08 (oito) dias, contados do recebimento dos elementos da fiscalização. Nesse caso, o prazo de execução será contado a partir da data de recebimento dos esclarecimentos solicitados, se os mesmos impedirem o início dos serviços.

Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo de serviços, de acordo com a Lei, a CONTRATADA deverá proceder ao reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido.

A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a emissão do termo de recebimento definitivo.

Qualquer motivo de paralisação dos serviços deverá ser comunicado por escrito ao CONTRATANTE, através de carta/memorando endereçado à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, inclusive justificando os motivos da paralisação, que poderão ou não ser aceitos pelo CONTRATANTE.

Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação,

mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, parágrafo 1º da Lei Nº. 8.666/93, com suas respectivas alterações.

10. DA VISITA TÉCNICA

Para empresas interessadas em participar desta licitação, fica facultado às mesmas realizar visita técnica aos locais dos serviços para se inteirarem de todos os aspectos referentes à execução.

A visita técnica deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital, e ser agendada junto a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, localizada na Avenida Morobá, nº 20 - Bairro Morobá, Aracruz/ES, ou através do telefone (27) 3270-7981.

Os representantes das empresas que decidirem participar da visita técnica deverão comparecer munidos de documento de identificação e carta de credenciamento, conforme modelo ANEXO AO EDITAL, assinada pelo titular ou representante legal da empresa interessada, acompanhada de estatuto, contrato social ou documento equivalente comprovando que o outorgante tem poderes para conceder representação.

A visita deverá ser realizada por intermédio de representante legal do licitante.

Esta visita, necessariamente, será acompanhada por técnico da Secretaria de Obras e Infraestrutura, na data estipulada.

É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser esclarecidos, a não ser emergente necessidade identificada pela Fiscalização e Gestor do Contrato.

As dificuldades a serem dimensionadas pela contratada devem estar alinhadas com os preços propostos.

Todos os custos associados com a visita serão de inteira responsabilidade da licitante.

A empresa licitante que não participar da visita técnica não será inabilitada, contudo, não poderá alegar desconhecimento das condições da área física da referida obra ou do serviço para exigir qualquer desembolso financeiro e/ou outras reivindicações da Contratante, de acordo com o entendimento consagrado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs 295/2008 e 3.459/2012).

As visitas serão agendadas em tempo hábil e em dias e horários distintos entre as licitantes, não se permitindo, em nenhuma hipótese, visitas conjuntas ou concomitantes, a fim de preservar os princípios da impessoalidade, isonomia e eficiência do processo licitatório.

Para título de comprovação da realização de visita técnica, o licitante receberá da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, atestado de visita, que deverá ser assinado por profissional lotado na SEMOB.

11. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO

Poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições editalícias.

11.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver. Para as sociedades por ações, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores e; no caso de sociedades civis, da diretoria em exercício;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e) Documento Oficial de Identificação com foto do representante legal (proprietário, sócio ou gerente, diretor e procurador), conforme o caso.

11.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão CNPJ), atualizada;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (com situação ativa), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível

com o objeto do certame;

c) Certidão de Regularidade de Situação – CRS – perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data da entrega dos envelopes;

d) Certidões de Regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal);

d.1) A regularidade perante a Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional poderá também ser comprovada por Certidão Conjunta, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 31 de agosto de 2005;

e) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante e da sua filial no Estado do Espírito Santo, quando houver, com validade na data da entrega dos envelopes;

f) Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública do Município sede da empresa, com validade na data da entrega dos envelopes;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST, em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.

11.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Conforme dispõe artigo 30, da Lei 8.666/1993 e demais considerações, conforme abaixo.

Apresentar Comprovante de Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente - Pessoa Jurídica (licitante) e Pessoa Física (responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela empresa), no Conselho Regional Competente – CREA.

Na hipótese da vencedora da licitação ter seu registro no Conselho Profissional de outro Estado, deverá apresentar no ato da assinatura do Contrato o visto do seu registro no Conselho Regional/ES.

A comprovação do vínculo profissional do(s) responsável(is) técnico(s) com a licitante, prevista no art. 30 da Lei nº 8.666/1993, deve admitir apresentação de cópia de carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional .

Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo técnico (CAT), do(s) profissional(is) habilitado(s), em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, responsável técnico da empresa que comprove que foi responsável tecnicamente pela execução de serviços compatível(is), com o objeto desta licitação, limitadas as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

O(s) responsável(is) técnico(s) supramencionado(s) deverá(ão) ter nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, estarem devidamente registrado(s) como tal(is) no Conselho Profissional Competente até a data prevista para a entrega das propostas, de acordo com o inciso I, § 1º, do artigo 30 da Lei nº 8.666/93.

a) Qualificação Técnica – Profissional:

Declaração do(s) Responsável(is) Técnico(s) aceitando a sua indicação realizada pela licitante.

Deverá ser indicado(s) o(s) seguinte(s) profissional(is) como responsável(is) técnico(s) para o acompanhamento dos serviços objeto desta licitação, detentor(es) de acervo técnico, conforme segue:

- Coordenador Geral: Engenheiro Eletricista conforme Artigo 8º e 9º da resolução 218/73 do Confea;

a.1) A certidão de acervo técnico deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional, devidamente registradas nas entidades profissionais competentes.

a.2) Para fins desta licitação considerar-se-ão como parcelas de maior relevância as especificadas a seguir, conforme disciplina o artigo 30, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

Profissional	Descrição dos Serviços de Relevância
Coordenador Geral	Gerenciamento de projetos de Iluminação Pública; Supervisão e/ou fiscalização de obras de Iluminação Pública; Supervisão e/ou fiscalização de serviços de Manutenção de Iluminação Pública;

	Elaboração de Projeto de Eficiência Energética;
--	---

O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Termo.

O responsável técnico pela elaboração da planilha orçamentária, não poderá responsabilizar-se por mais de uma empresa.

11.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Obs.1) Não constando no documento o prazo de validade, será considerada emitida até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação;

b) Balanço Patrimonial correspondentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, vedado à apresentação de balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da licitante;

b.1) O Balanço das licitantes constituídas sob a forma de Sociedade por Ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial;

b.2) As demais empresas deverão apresentar o Balanço autenticado, certificado por Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade Competente, no qual estejam mencionados expressamente, o termo de abertura e encerramento, o número das folhas do “Livro Diário” em que o Balanço se acha regularmente transcrito;

b.3) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b.4) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c) Comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a um ($\geq 1,0$), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

d) Prova de possuir capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da obra ou ainda a comprovação prevista no art. 31, parágrafo 3º da Lei 8.666/93 (patrimônio líquido), com a atualização através de índice oficial para a data de abertura das propostas.

11.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo à participação na licitação, em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal;

b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz;

c) Cópia do Certificado de Inscrição da Empresa no Cadastro de Fornecedores do Município de Aracruz/ES, devidamente atualizada e com validade na data da realização desta licitação, ou declaração expedida pela CPL de que a licitante atende a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento desta licitação será feito pelo critério de MAIOR NOTA FINAL: PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

12.1 PROPOSTA TÉCNICA

A proposta técnica terá a pontuação máxima de **100 pontos**, conforme tabela abaixo:

Critério de Avaliação		Pontuação Máxima:
A	Plano de Trabalho	30,0
B	Capacidade técnica da equipe	40,0
C	Capacidade técnica da empresa licitante	30,0
D	Pontuação da Proposta Técnica (a+b+c):	100,0

A proposta técnica, a ser elaborada em conformidade com as condições indicadas neste termo deverá apresentar os seguintes elementos, contendo:

1) Plano de Trabalho:

O Plano de Trabalho deverá ser estruturado com no máximo 50 (cinquenta) páginas utilizando fonte Arial, tamanho da fonte 12, (incluindo gráficos, desenhos, etc.), quando a quantidade máxima de páginas indicadas for ultrapassada, aquelas últimas que ultrapassarem este limite serão desprezadas.

O Plano de Trabalho deverá conter:

Metodologia de Trabalho:

A empresa deverá apresentar uma breve introdução, com indicativo de conhecimento sobre o parque de iluminação pública do município, bem como prévia das ações necessárias para a melhoria e eficiência do sistema de iluminação. Deverá apresentar ainda uma apresentação técnica do portfólio de projetos elaborados pela empresa, dando ênfase às obras fiscalizadas, em especial ao objeto da contratação, através de obras de iluminação pública.

A empresa deverá apresentar dados referentes às obras, informações e especificações técnicas, bem como detalhes dos métodos construtivos e, principalmente, explanando sobre a estratégia

de fiscalização e gerenciamento utilizada pela empresa para alcance dos objetivos.

Por fim, indicar a relação das atividades e em que consiste cada uma delas, devendo informar ainda seu alcance e a abrangência em relação ao objeto. Deverá ainda informar como será executada cada uma das tarefas propostas (exemplo: implantação geral do serviço de apoio; linha de ação para acompanhamento e fiscalização das obras; elaboração e revisão dos projetos de engenharia), devendo propiciar uma visão da metodologia geral da proponente em relação à natureza, porte e complexidade do objeto da licitação.

Estrutura funcional para execução do objeto:

Deverá ser apresentado um organograma da equipe a ser alocada com a indicação dos responsáveis. Além disso, a empresa deverá indicar como será realizada a gestão e sinergia das atividades profissionais para atendimento ao objeto contratual. A empresa deverá deixar claro como será realizada sua rotina técnica e administrativa.

Item:	Descrição:	Não abordado ou abordado erroneamente:	Insatisfatório:	Satisfatório:
1	Metodologia de Trabalho	0,0	5,0	15,0
2	Estrutura funcional	0,0	4,0	15,0
TOTAL		0,0	9,0	30,0

A classificação para cada quesito deverá ser feita segundo os seguintes conceitos:

NÃO ABORDADO OU ERRONEAMENTE ABORDADO: o texto não aborda o tema indicado; as informações do texto não correspondem ao objeto da proposta;

INSATISFATÓRIO: texto com informações incompletas para a compreensão completa do tema abordado;

SATISFATÓRIO: texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro e objetivo.

2) Capacidade Técnica da Equipe

Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes a serviços em andamento. (ou seja, para aceitação, o rol de serviços apresentados em atestados e/ou

certidões de acervos parciais devem representar serviços já concluídos quando da expedição dos mesmos).

Comprovar a experiência profissional dos responsáveis técnicos abaixo indicados, por meio de Atestados com suas respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT:

Coordenador Geral:

- Critério de pontuação: Comprovação de experiência profissional, máximo de 40 (quarenta) pontos:

1 - Gerenciamento de projetos de obras de Iluminação Pública – máximo de 20 (vinte) pontos;

$$Pontuação = \frac{Quantidade\ de\ Pontos\ Instalados\ em\ Projetos\ Gerenciados}{2250} \times 20$$

2- Fiscalização e/ou supervisão de execução de Iluminação Pública – máximo de 20 (vinte) pontos.

$$Pontuação = \frac{Quantidade\ Pontos\ Instalados\ em\ Obras\ Fiscalizadas\ e\ ou\ Supervisionadas}{2250} \times 20$$

A pontuação total para a capacidade técnica da equipe será o somatório das notas do integrante da equipe e está limitada a 40 (quarenta) pontos.

A contratação de empresa de engenharia para Gerenciamento, Fiscalização, Elaboração de Projetos Elétricos e Serviços de Eficiência Energética do Parque de Iluminação Pública é objeto que demanda que os profissionais responsáveis técnicos da empresa possuam experiência profissional comprovada, o que se dá a partir das Certidões de Acervo Técnico.

A quantidade estabelecida para pontuação máxima de cada uma das notas individuais foi definida com base na quantidade de pontos novos previstos no contrato, adotando-se como limite superior 50% da quantidade prevista na planilha, em consonância com o Art. 30, Inciso I da

Lei 8.666/1993 e com os Acórdãos 1.284/2003 e 2.383/2007 do TCU.

3) Capacidade técnica da Empresa Licitante

Comprovar a experiência da licitante interessada (pessoa jurídica), por meio de Atestado (s) que evidenciem ter executado os serviços abaixo relacionados:

1 - Gerenciamento de projetos de obras de Iluminação Pública – máximo de 15 (quinze) pontos;

$$Pontuação = \frac{Quantidade\ de\ Pontos\ Instalados\ em\ Projetos\ Gerenciados}{2250} \times 15$$

2- Fiscalização e/ou supervisão de execução de Iluminação Pública – máximo de 15 (quinze) pontos.

$$Pontuação = \frac{Quantidade\ de\ Pontos\ Instalados\ em\ Obras\ Fiscalizadas\ e\ ou\ Gerenciadas}{2250} \times 15$$

A pontuação total para a capacidade técnica da empresa licitante será o somatório das notas de cada um dos serviços e está limitada a 30 (trinta) pontos.

A quantidade estabelecida para pontuação máxima de cada uma das notas individuais foi definida com base na quantidade de pontos novos previstos no contrato, adotando-se como limite superior 50% da quantidade prevista na planilha, em consonância com o Art. 30, Inciso I da Lei 8.666/1993 e com os Acórdãos 1.284/2003 e 2.383/2007 do TCU.

Para sua classificação, na avaliação da proposta técnica, o licitante deve apresentar pontuação superior a 50% da quantidade prevista em cada item do critério de avaliação, em consonância com o Art. 46, § 1º, Inciso II da Lei 8.666/1993.

12.2 PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta de preços da empresa qualificada e aprovada será atribuída uma nota de preço com a seguinte formulação:

$$NP = 100 \times \frac{Pm}{P}$$

P

Onde:

NP= Nota de Preço;

PM= Menor preço apresentado dentre as propostas válidas;

P= Preço da empresa em análise;

Obs.: considera-se o cálculo feito com 2 (duas) casas decimais;

Considera-se o valor total.

As propostas apresentadas deverão ser analisadas por setor técnico competente da SEMOB, antes que seja procedido o julgamento pela Comissão de Licitação.

O preço global das propostas de preços não poderá ultrapassar os valores orçados pelo Município, constante na planilha orçamentária.

Serão analisados os preços globais e unitários de todas as licitantes, visando identificar possíveis disparidades de preços, apresentadas em preços, supostamente, excessivamente elevados ou manifestamente inexequíveis.

Para a aferição de exequibilidade dos preços Conforme disposto no artigo 48, da Lei nº 8.666/93, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitação de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou
- b) valor orçado pela Administração.

O cálculo acima também será aplicado aos preços unitários, todavia, conforme Súmula nº 262/2010 – TCU, “o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da suaproposta”.

Dos licitantes classificados na forma do Parágrafo Primeiro do Art. 48 da Lei nº 8.666/93, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” anteriores, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 56, da mesma Lei, igual à diferença entre o valor resultante das alíneas já citadas e o valor da correspondente proposta.

E ainda, cabe ressaltar o disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017, do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Anexo VII-A - Diretrizes Gerais para Elaboração do Ato Convocatório, Item 9 e seus respectivos subitens.

À licitante que apresentar indícios de inexequibilidade será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade, sob pena de desclassificação da proposta.

Evidenciados erros passíveis de correção, que não tenham cunho substancial, será concedido à licitante o prazo de 03 (três) dias úteis para adequação dos erros, sendo que a adequação não

poderá resultar em aumento do valor global da proposta, sob pena de desclassificação da proposta.

Tanto as justificativas e comprovações, quanto as propostas reformuladas poderão ser analisadas por setor técnico competente da SEMOB, no que se refere a análise técnica de engenharia, antes que seja procedido o julgamento pela Comissão de Licitação.

12.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES (NOTA FINAL)

Em função de se tratar de uma concorrência pública do tipo técnica e preço, e que o mínimo exigido para esta contratação é a obtenção de serviços de qualidade, com maior precisão, o cálculo da NOTA FINAL de cada proponente ocorrerá de acordo com a média ponderada das notas das propostas técnicas e da proposta de preços de cada empresa, com pesos distintos, da seguinte forma:

$$NF = 6 NPT + 4 NP$$

10

Onde:

NF = NOTA FINAL

NPT = NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA

NP= NOTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

Será declarada vencedora da licitação a empresa que obtiver a maior nota final.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada se obrigará a executar os serviços de qualidade, obedecendo rigorosamente às normas e especificações técnicas, em conformidade com planilha orçamentária e este projeto básico.

A empresa contratada obriga-se a manter a disposição da contratante, profissional habilitado para execução e acompanhamento, dos serviços ora solicitados, bem como prestar apoio e assessoramento ao fiscal designado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

A empresa contratada obriga-se a manter ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, durante toda a execução do contrato.

A empresa contratada se responsabilizará, integral e diretamente, pelo levantamento de dados e formulação dos produtos contratados e pelo apoio técnico no gerenciamento de todos os

aspectos técnicos necessários ao desenvolvimento do trabalho.

A empresa contratada deverá dispor de base operacional, neste Município, com os equipamentos necessários a execução satisfatória do Contrato.

A CONTRATADA, em qualquer tempo, deverá garantir que serão prontamente reparadas e substituídas, à sua própria custa, todas as partes/documentações que acusarem erros ou quaisquer anormalidades.

A CONTRATADA deverá responder, ressalvadas as hipóteses legais de caso fortuito ou de força maior, por todo e qualquer prejuízo, em decorrência da execução deste objeto, ficando certo que os prejuízos eventualmente causados serão ressarcidos à CONTRATANTE.

Os serviços oriundos desta licitação deverão ser elaborados seguindo todas as normas e padrões ABNT. A CONTRATANTE poderá solicitar até 3 vias impressas de todo e qualquer documento, objeto deste contrato, em meio impresso em tamanhos A0, A1, A2, A3 e/ou A4, de acordo com a necessidade de cada demanda. Todas as documentações que contenham fotografias, mapas, gráficos, tabela, ou similares, deverão ser entregues em impressões coloridas de boa qualidade, sob pena de não aceitação por parte da contratante. Além da entrega impressa, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar os documentos também em CD (meio digital) com arquivos compatíveis com os usados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Manter um coordenador com o número do celular de contato à disposição da SEMOB, desde o início do contrato até o fim.

Prover indenização a terceiros por danos ocasionados e relativos à execução dos serviços sob sua responsabilidade.

A CONTRATADA deverá apresentar os serviços demandados pela fiscalização dentro do prazo estabelecido neste projeto básico.

A CONTRATADA deverá substituir os empregados, quando solicitado pela CONTRATANTE, no interesse do cumprimento do Contrato, cabendo o ônus à CONTRATADA.

A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do contrato.

A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá

onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso da obra.

Cabe à CONTRATADA permitir e facilitar a fiscalização, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e/ou Fatura de Serviços os documentos comprobatórios do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, FGTS e fiscais.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Disponibilizar os profissionais necessários ao acompanhamento da equipe técnica contratada; repassar as informações existentes na administração que possam contribuir para a elaboração do trabalho; realizar a articulação institucional necessária à integração dos órgãos da administração municipal e demais níveis de governo a serem envolvidos no processo.

Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos serviços, pagando à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas neste projeto básico.

A fiscalização da execução dos serviços será feita pelo CONTRATANTE, através de seus representantes, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as condições do presente projeto Básico, Edital, a proposta e as disposições do Contrato.

Atestar e receber os serviços efetivamente executados, de acordo com as cláusulas deste documento.

Disponibilizar documentações necessárias à execução dos serviços, bem como, as condições necessárias para a sua execução.

Solicitar à CONTRATADA a exibição de documentação de identificação pessoal, quando estes se apresentarem para realização dos serviços abrangidos nesta contratação.

A aceitação definitiva dos serviços contratados se efetuará, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

15. SUBCONTRATAÇÃO

A Contratada não poderá ceder ou subcontratar os serviços objeto deste Edital, por se tratar de

serviço com atividade técnica específica, não sendo verificados serviços adversos as empresas licitantes, que necessitem de mão de obra especializada em complementação aos serviços básicos de Gerenciamento, Fiscalização, Elaboração de Projetos Elétricos e Serviços de Eficiência Energética do Parque de Iluminação Pública, neste Município de Aracruz/ES.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do preço pactuado será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, devendo a Contratada proceder a abertura de processo de medição no Protocolo Geral da Prefeitura, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro, Aracruz-ES, encaminhando a Planilha orçamentária de medição constando o período de execução dos serviços, memória de cálculo e relatório fotográfico dos serviços executados.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser entregue na própria Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e obrigatoriamente acompanhada da Regularidade Fiscal da Contratada.

Após a análise da solicitação, a apresentação da Planilha Orçamentária, a apresentação dos protocolos de entregas dos projetos junto a EDP referente à respectiva medição e com o ateste do responsável pela fiscalização dos serviços, a Contratante autorizará a emissão da Nota Fiscal, cabendo a ela informar o valor da referida à Contratada.

Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova documentação, devidamente corrigida sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo Contratante.

17. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será feita por servidor a ser designado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura por meio de portaria interna, de forma a fazer cumprir rigorosamente as condições deste projeto básico e demais disposições do contrato.

Fica a CONTRATADA obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços objeto do presente contrato, facultando o livre acesso ao seu escritório, bem como a todos os registros e documentos pertinentes.

A fiscalização poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição de elementos da equipe da

CONTRATADA, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa da Contratada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no Item 9, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se as penalidades previstas nas letras "a", "b" e "e", deste Item.

O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas contratuais sujeitará a Contratada à multa de mora, fixada no Edital e no Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa.

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias, se a obra não for iniciada na data prevista ou concluída nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pelo Contratante;

c) Multa cominatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado na letra "b";

d) Suspensão temporária de participar em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

As sanções previstas neste item poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" e "d" e 10 (dez) dias corridos para a letra "e", a partir do recebimento da mesma.

As sanções previstas nas letras "d" e "e", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- a) Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas ao Município dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim. As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos ao contrato ou cobradas judicialmente.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

A qualquer tempo, julgando necessário, a Comissão de Licitação poderá solicitar a apresentação das composições analíticas de custos componentes da planilha de preços, encargos sociais e BDI, à qualquer das concorrentes, a serem apresentadas no prazo máximo de 03 (três) dias, sob pena de desclassificação do licitante e aplicação de penalidade prevista em edital, conforme Art. 1º, inciso XII, parágrafo 5º da Lei nº 4.244/2019.

Aracruz, 10 de julho de 2020.

João Paulo Calixto da Silva
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

ANEXO I
CREDENCIAMENTO PARA VISITA TÉCNICA

(Local e data)

À

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Aracruz/ES.

Prezados Senhores:

Apresentamos o(a) Senhor(a)

documento de identificação nº, profissão.....

..... para representar esta empresa na realização da Visita
Técnica do Edital de Tomada de Preços nº., tendo como objeto

27/28

a, na data
de àshoras.

Atenciosamente,

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(NOME DA EMPRESA)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)

ANEXO II

MODELO - COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO PREÇO UNITÁRIO					
SERVIÇO:				UNIDADE:	
A - Mão de Obra					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
A - Custo Total de Mão de Obra:					
B – Equipamentos					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
B - Custo Total de Equipamentos:					
C – Materiais					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo
C - Custo Total de Materiais:					
D – Outros					
Item	Discriminação	Unidade	Preço por Unidade	Coeficiente	Custo



D - Custo Total de Outros:					
Resumo da Composição do Custo Unitário					
Item	Descrição	Custo			
A	Mão de Obra	[transportar subtotal A]			
A1	Encargos Sociais				
B	Equipamentos	[transportar subtotal B]			
C	Materiais	[transportar subtotal C]			
D	Outros	[transportar subtotal D]			
	BDI				
		Preço Unitário :			
Observações:					
1) Deverão ser apresentadas composições dos serviços relacionados na planilha.					
2) Deverão ser apresentadas as composições detalhadas dos Encargos Sociais e BDI, em percentual.					
3) Nos custos deverão estar incluídos transportes, materiais de segurança, alimentação, se for o caso, etc.					

* Esta planilha é exemplificativa e não exaustiva, podendo cada licitante, elaborar sua própria planilha, desde que dela conste todos os custos considerados na composição de seu preço, observando-se o modelo proposto, de forma a padronizar a apresentação e o julgamento das propostas. Esta planilha deverá ser apresentada, quando julgado necessário pela Comissão de Licitação, no prazo máximo de 03 (três) dias, sob pena de desclassificação do licitante e aplicação de penalidade prevista em edital, conforme Art. 1º, inciso XII, parágrafo 5º da Lei nº 4.244/2019.